

## **ATA N.º 24/2015**

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

----- Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal, reuniu-se em reunião ordinária a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, José Barbosa Mota e Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria, tendo faltado por motivo justificado, o Senhor Vereador Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo.-----

----- **Deliberação N.º 301/2015: Aprovação da ata n.º 23/2015 de 9 de novembro:** Em virtude da ata n.º 23/2015 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 9 de novembro, ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação, por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação. -----

----- **Deliberação N.º 302/2015: Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016:** Presente a informação n.º 9820/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação ao Banco BPI, S.A., atendendo às condições apresentadas na Proposta. Mais deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter a sua Proposta e respetivo processo à Assembleia Municipal para que este Órgão autorize a contratação do Empréstimo de curto prazo, conforme estipulado na

alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Deliberação Nº 303/2015: Tabela de taxas para o ano 2016:** Presente a informação n.º 9818/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria e abstenção dos Vereadores do PS, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Tabela de Taxas para 2016, no âmbito da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e para efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da referida Lei.

----- **Deliberação Nº 304/2015: Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e Academia de Música de Espinho:** Presente a informação n.º 9697/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a Academia de Música de Espinho para efeitos de utilização da Piscina Municipal de Espinho pela Escola Profissional de Música de Espinho no ano letivo 2015/2016. -----

----- **Deliberação Nº 305/2015: Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida:** Presente a informação n.º 9698/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida para efeitos de utilização da Piscina Municipal de Espinho no ano letivo 2015/2016. -----

----- **Deliberação Nº 306/2015: Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira:** Presente a informação n.º 9699/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou

conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira para efeitos de utilização da Piscina Municipal de Espinho no ano letivo 2015/2016. -----

**----- Deliberação Nº 307/2015: Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e o Instituto Piaget:** Presente a informação n.º 9700/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e o Instituto Piaget para efeitos de cooperação mútua e utilização de instalações desportivas municipais – piscina municipal de Espinho e nave desportiva polivalente de Espinho - no ano letivo 2015/2016. -----

**----- Deliberação Nº 308/2015: Protocolo de cooperação entre o Município de Espinho e o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida - ano letivo 2015/2016:** Presente a informação n.º 9846/2015 da Divisão de Educação e Juventude, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de cooperação entre o Município de Espinho e o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida para despesas diversas em matéria de educação, pelo valor de € 30.076,33 (trinta mil setenta e seis euros e trinta e três centimos) não sujeito a IVA.

**----- Deliberação Nº 309/2015: Protocolo de cooperação entre o Município de Espinho e o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira - ano letivo 2015/2016:** Presente a informação n.º 9848/2015 da Divisão de Educação e Juventude, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de cooperação entre o Município de Espinho e o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira para despesas diversas em matéria de educação, pelo valor de €29.695,93 (vinte e nove mil seiscientos e noventa e cinco euros e noventa e três centimos), não sujeito a IVA. -----

----- **Deliberação N° 310/2015: Protocolo de colaboração entre o Município de Espinho, o Instituto de Segurança Social I.P. e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., para cedência de espaço no edifício do Mercado Municipal:** Presente a informação n.º 9878/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente a proposta de minuta de protocolo, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta e ratificar a celebração do “Protocolo de colaboração entre o Município de Espinho, o Instituto de Segurança Social I.P. e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., para cedência de espaço no edifício do Mercado Municipal”, de acordo com os considerandos e termos nele fixados. -----

----- **Deliberação N° 311/2015: Procedimento por hasta pública para atribuição da concessão de 7 lojas comerciais, 11 espaços comerciais, 10 espaços de venda e 14 bancas existentes no piso inferior do Mercado Municipal:** Presente a informação n.º 9883/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, realizar um procedimento de hasta pública para atribuição, a título precário, da concessão de 7 lojas comerciais, 11 espaços comerciais, 10 espaços de venda e 14 bancas existentes no piso inferior do Mercado Municipal de Espinho. Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, aprovar as peças do procedimento em causa (Programa e Condições) e marcar o ato público para o dia 10/12/2015, pelas 10:00 horas, designando para o efeito a Comissão constituída pelos Vereadores Vicente Pinto, Quirino de Jesus e Carlos Sárria. -----

----- **Deliberação N° 312/2015: Pedido de indemnização - Danos na viatura 47-91-ZB - Ana Paula Lopes Araújo:** Presente a informação n.º 9733/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento do valor de 101,96€ (cento e um euros e noventa e seis cêntimos) a Ana Paula Lopes Araújo,

com o NIF 200514113, referente aos prejuízos decorrentes do acidente ocorrido com a sua viatura 47-91-ZB.-----

----- **Deliberação Nº 313/2015: Pedido de indemnização - Danos na viatura 28-27-OV – Bruno Manuel Pereira Cabral:** Presente a informação n.º 9715/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento do valor de 110,00€ (cento e dez euros) a Bruno Manuel Pereira Cabral com o NIF 221921109, referente aos prejuízos decorrentes do acidente ocorrido com a sua viatura 28-27-OV. -----

----- **Deliberação Nº 314/2015: Pedido de indemnização por danos provocados na viatura de Graça Maria da Rocha Alves:** Presente a informação n.º 9709/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento do valor de 122,76€ (cento vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos) a Graça Maria Rocha Alves com o NIF 18942320, referente aos prejuízos decorrentes do acidente ocorrido com a sua viatura.-----

----- **Deliberação Nº 315/2015: Pedido de indemnização por danos provocados na viatura de Maria de Lurdes Pereira Freitas:** Presente a informação n.º 9739/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento do valor de 90,00€ (noventa euros) a Maria de Lurdes Pereira Freitas com o NIF 205071767, referente aos prejuízos decorrentes do acidente ocorrido com a sua viatura. -----

----- **Deliberação Nº 316/2015: Pedido de indemnização - acidente na via pública com viatura de Marlene Leite Saxe:** Presente a informação n.º 9672/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem

como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento no valor de 70,00 € (setenta euros) referente aos prejuízos decorrentes dos danos causados na viatura de matrícula 94-NC-93, propriedade de Marlene Leite Saxe, quando circulava Estrada de Santiago em frente ao n.º 2680 em Silvalde. -----

----- **Deliberação Nº 317/2015: Pedido de indemnização - Danos na viatura 58-OM-39 – Raquel Odete Maia Guimarães:** Presente a informação n.º 9703/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento do valor de 119,80€ (cento e dezanove euros e oitenta cêntimos) a Raquel Odete Maia Guimarães com o NIF 218346751, referente aos prejuízos decorrentes do acidente ocorrido com a sua viatura 58-OM-39. -----

----- **Deliberação Nº 318/2015: Serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos:** Presente a informação n.º 9862/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e, concordando com a proposta do Júri (cujo teor aqui se dá como reproduzido na íntegra) deliberou, por maioria com abstenção dos Vereadores do PS, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 61.º do CCP: i. Rejeitar a lista de erros e omissões apresentada pelo interessado “FCC ENVIRONMENT PORTUGAL, S.A.”, por não se tratar de um erro ou omissão nos termos do consagrado no “Código dos Contratos Públicos” (CCP), de acordo com os fundamentos constantes da apreciação do Júri do procedimento. ii. Aceitar o erro e omissão indicado pelo interessado “ECOAMBIENTE, S.A.”, por existir fundamento para aplicação do mecanismo da revisão de preços no presente procedimento, nos termos melhor descritos na informação do Júri. Mais deliberou, por maioria com abstenção dos Vereadores do PS, de acordo com a proposta do Júri, suprir a omissão identificada pela interessada “ECOAMBIENTE, S.A.”, passando o mecanismo da revisão de preços a ser aplicável no presente procedimento, com periodicidade anual e a seguinte fórmula de cálculo: -----

$$Ct = \left[ \left( 0.5x \frac{St}{S0} \right) + \left( 0.3x \frac{Gt}{G0} \right) + \left( 0.1x \frac{It}{I0} \right) + 0,10 \right]$$

Ct – Coeficiente de atualização a aplicar ao montante sujeito à revisão;

S0 – Índice global ponderado dos salários, relativo ao mês anterior ao da data da abertura das propostas;

St – idem, idem, mas relativo ao mês a respeito a situação sujeita a revisão;

G0 – Índice do custo do gasóleo, relativo ao mês anterior ao da data da abertura das propostas;

Gt – idem, idem, mas relativo ao mês a respeito a situação sujeita a revisão;

I0 – Índice de preços no consumidor, ao mês anterior ao da data da abertura das propostas;

It – idem, idem, mas relativo ao mês a respeito a situação sujeita a revisão.

----- **Deliberação N.º 319/2015: Estudo Prévio – ReCaFE:** Presente a informação n.º 9747/2015 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, aprovar o estudo prévio da ReCaFE. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “O que é que há de comum entre este Estudo Prévio e a proposta vencedora do Concurso Público internacional para a ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EQUIPAMENTOS E ARRANJOS EXTERIORES DA PLATAFORMA À SUPERFÍCIE DO REBAIXAMENTO DA VIA FÉRREA NO ATRAVESSAMENTO DA CIDADE DE ESPINHO? Nada! Só os autores é que são os mesmos. Façamos um breve exercício de memória. Em janeiro de 2008 foi lançado o Concurso Público, no âmbito da União Europeia, organizado em conjunto pela Câmara Municipal de Espinho (CME), REFER e a Ordem dos Arquitetos. O Concurso tinha por objeto selecionar a proposta que melhor respondesse aos objetivos e pressupostos enunciados no Programa Preliminar (elaborado pela Divisão de Estudos e Planeamento da CME), com vista à subsequente adjudicação, por ajuste direto, da prestação de serviços ao concorrente hierarquizado em primeiro lugar. Foram apresentadas 15 propostas a Concurso. O Júri, constituído pelos então Presidente e Vice-Presidente, respetivamente, José Mota e Rolando de Sousa, pela Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Graça Guedes, pelo Eng.º José Chiquilho, em representação da REFER, pelos representantes da Ordem dos Arquitetos, Prof. Arq. Nuno Portas e Arq.



Carlos Prata e, em representação da CME, a Arq.<sup>a</sup> Isabel Zenha, o Arq. Agostinho Silva e o Arq. Carlos Sárria, como convidado, atribuiu o primeiro lugar ao concorrente Rui Lacerda, Arq. Lda. que na proposta apresentada “desenvolve uma solução com base numa matriz de desenho de pavimento – rede distorcida – que tudo parece unir, cerzir ou regular, donde emergem construções pontuais quase sempre associadas a espaços verdes e espelhos de água, dotados de grande flexibilidade e adaptabilidade à mudança de usos de um espaço público contemporâneo (...)” A 16 de abril de 2008 o Júri elaborou o Relatório Final, aprovado e homologado, por unanimidade pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 24 de abril de 2008, onde estiveram, entre outros, presentes a Vereadora Dr.<sup>a</sup> Manuela Aguiar e o Vereador Dr.<sup>o</sup> Pinto Moreira, atual Presidente da Câmara. A 14 de outubro de 2008 realizou-se a primeira reunião para “elaboração de um primeiro documento síntese sobre os elementos que se julgam importantes para a inclusão e elaboração do respetivo Contrato entre a Câmara e o concorrente que obteve o 1.<sup>o</sup> lugar do Concurso.” - Rui Lacerda, Arq. Lda. A partir de 2009 a Câmara pôs de lado o desenvolvimento do projeto e esbanjou milhares de euros, que estavam cativos para o investimento, em intervenções casuísticas, avulsas e sem nenhum propósito que não fosse o de transformar um enorme “vazio” numa feira popular asfaltada – a Alameda 8. Mais recentemente a Câmara viria a encetar negociações com o projetista com vista a retomar o processo. É nesse contexto que a 29 de junho de 2015 a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pelo Presidente a 15 de junho de 2015 que aprovou a minuta do Contrato de Prestação de Serviços com RDLM Arquitectos Associados, Lda e Mangado Y Associados. O Estudo Prévio agora apresentado faz tábua rasa tudo isto sem explicar porquê! Vejamos: Na abordagem crítica ao Programa o Arq.<sup>o</sup> Rui Lacerda refere que “os princípios orientadores do Programa Preliminar transmitem todos os anseios do que se pretende para os novos espaços públicos”, e que, “na generalidade foi um documento importante para a conceção da nossa proposta”. Já na Memória Descritiva considerava que “é a “malha” enquanto desenho de pavimento que tudo invade e (...) que permite dar respostas às diferentes exigências funcionais e construtivas sem perder o conceito de unidade de intervenção. (...) Por um lado a malha recorda-nos a rede dos pescadores que estão na origem e deram vida a Espinho. Por outro lado a geometria da malha, no pavimento, as linhas que a definem se constituirão como de carris de comboio se tratassem, do mesmo comboio



que um dia ocupou o espaço e serviu para o desenvolvimento económico da Cidade (...). A solução proposta, na sua contemporaneidade, pretende render uma homenagem devida à história do local. Com este princípio algumas referências da memória de Espinho, enquanto espaço vivido e cosmopolita, serão importantes afirmar, acentuando-se todo o conceito com ícones toponímicos, Praças e Largos com referência à história da cidade: Largo Marquês da Graciosa, Praça do Casino, Praça N. S. Da Ajuda, Estação, Praça Progresso e Praça do Vale do Vouga." Num ápice todo este conceito e o seu inegável potencial se esvai sem uma única e aparente razão ou justificação. Não há por parte da equipa de projeto uma leitura crítica da realidade que entretanto se foi "construindo" no local: "É urbano mas também interurbano". A nova proposta "passa por reconhecer estas duas realidades e transformá-las a nosso favor, com coerência, reconhecendo a simultaneidade do urbano e a dimensão interurbana. A importância Urbana. Territorialmente pareceu-nos oportuno dotar o espaço de um sentimento, de uma dimensão única que neste caso vem definida pela ideia de um grande parque central – linear. (...) Um novo Linear Central Park na cidade, capaz de se ler como um segundo nível do espaço-praia. Azul e Verde convertem-se em dois níveis de leitura paralela. (...) Parque grande e espaços de estar mais pequenos. É esta a estrutura proposta. (...) Escala territorial e paisagística, de dimensão infra estrutural, combinada com a escala doméstica e humana. Território e Cidade transformados NO ESTAR DA CIDADE." E assim, "propõe-se em toda a intervenção, algumas construções que complementam a proposta. Quiosques, Posto de Turismo – exposições – bar, mobiliário urbano, tudo isto se vai distribuindo por toda a área de intervenção de uma forma criteriosa e estudada, acabando numa grande pala onde a cidade poderá desenvolver programas e usos variados, desde eventos de feiras, musicais, mercados sazonais, recuperando assim a fusão entre praça e uso, usos que virão sustentar um dos valores mais importantes do espaço público." Nada explica esta mudança de paradigma, este retrocesso em termos de ideias, convicções e do desenho urbano. Se mais razões não houvesse bastava ter lido as considerações do Júri sobre a proposta classificada em 2.º lugar - Cirurgias Urbanas - para perceber que um "Linear Central Park" não é de todo original nem adequado: "O segundo lugar para o concorrente n.º 6 que desenvolve uma ideia de um contínuo verde de ligação entre as ribeiras, de uma forma coerente e equilibrada, bem resolvida em termos viários e com grande simplicidade e eficácia nos topos norte e sul da área de intervenção. Contudo há um

certo determinismo na resolução do espaço público que prejudica a sua flexibilidade e adaptabilidade; e a imagem da proposta fica, de certo modo, refém do sucesso das espécies vegetais às condições físicas e climáticas do local.” Não podemos esquecer que ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EQUIPAMENTOS E ARRANJOS EXTERIORES DA PLATAFORMA À SUPERFÍCIE DO REBAIXAMENTO DA VIA FÉRREA NO ATRAVESSAMENTO DA CIDADE DE ESPINHO foi alvo de um Concurso Público do qual resultou um Contrato que em lado algum se designa de ReCaFE (ESPINHO). Nesse sentido, é importante e oportuno saber se: As alterações profundas da solução inicial resultam de instruções dadas pela Câmara (que a meio do jogo resolve alterar as regras) ou do livre arbítrio dos autores do projeto que, inadvertidamente, confundiram uma encomenda pública com um projeto privado? Pode um Concurso Público no âmbito da União Europeia, promovido e organizado e acompanhado por entidades públicas, conducente ao desenvolvimento do projeto vencedor, por ajuste direto, ser agora desvirtuado? Se era entendimento desta Câmara, que também não aparece justificado na informação que presta, alterar profundamente o projeto, porque é que durante todo este tempo não lançou um novo Concurso? O que irá a Câmara fazer em caso de (legítimo) protesto de algum dos outros concorrentes ou dos próprios elementos do Júri que se vêm envolvidos nesta trapalhada? Ainda há tempo para os intervenientes deste processo fazerem uma auto crítica para que se possa repor a normalidade num projeto de inegável interesse para Espinho.”. Os eleitos pelo PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: “O Presidente e Vereadores do Partido Social Democrata votaram a favor do Estudo Prévio da Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho. Este é um projeto essencial e absolutamente estruturante da nossa cidade que deve ter o envolvimento de todos os espinhenses. Expor as razões da defesa do nosso voto saberá sempre a incompleto, na medida que o próprio Estudo Prévio explicita de forma cabal as intenções deste Município e dos Arquitetos autores, vencedores do concurso internacional de ideias. Este é um projeto marcante, que trará a Espinho uma significativa evolução qualitativa do espaço público central da cidade, das acessibilidades, da mobilidade e da qualidade de vida os espinhenses. O voto contra do partido socialista parece fundamentado num conjunto de “questõezinhas” menores à procura de uma justificação para estarem contra um projeto tão relevante para o nosso concelho. Não se pede que haja acordo sobre todas as matérias e sobre todos os seus pormenores, mas o interesse municipal da obra clama pelo bom senso

e sentido de dever público, que deve estar sempre presente no exercício de funções de representação política. Não nos revemos na política do deita abaixo, aliás como testemunham as posições do PSD quando estávamos na oposição, sobre esta matéria na Câmara e na Assembleia Municipal. Espinho merece ter o espaço liberto pelo enterramento da linha férrea com uma obra que dignifique a cidade e a região. Os espinhenses podem contar connosco para cumprir esse objetivo." -----

----- **Deliberação Nº 320/2015: Conta final da empreitada "Nave desportiva de Espinho - requalificação da iluminação do recinto desportivo":** Presente a informação n.º 9836/2015 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a conta final, referente à empreitada "Nave desportiva de Espinho - requalificação da iluminação do recinto desportivo", adjudicada à empresa "Fotónica, Lda."-----

----- **Deliberação Nº 321/2015: Aprovação da conta final empreitada "Reparação e reconstrução da pérgula do Bairro Piscatório":** Presente a informação n.º 9448/2015 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a conta final, referente à empreitada "Reparação e reconstrução da pérgula do Bairro Piscatório", adjudicada à empresa "Majober – Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas". -----

----- **Deliberação Nº 322/2015: Realização da festa de S. Martinho:** Presente a informação n.º 9750/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara que autorizou o pedido da Comissão de Festas a S. Martinho de Anta para realização da respetiva festa nos dias 11 a 15 de novembro de 2015 no Largo do Souto em Anta. -----

----- **Deliberação Nº 323/2015: Ocupação de espaço público para realização de rastreio:** Presente a informação n.º 9764/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por

reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara que autorizou o Centro Social de Paramos a ocupar o espaço público junto ao Centro Multimeios, frente à Avenida 24, para estacionamento de duas unidades móveis, no dia 23 /11/2015 entre as 14:00 e as 17:30 horas, para realização, em parceria com a ABRAÇO, de um rastreio gratuito ao VIH para toda a comunidade. -----

----- **Resumo diário de tesouraria:** Presente o resumo diário da tesouraria do dia 16 de novembro de 2015 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS – (Inclui o saldo da gerência de 2014 no valor de mil trezentos e vinte e dois euros e setenta e um cêntimos). Novecentos e noventa e oito mil duzentos e noventa e cinco euros e setenta e oito cêntimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS – Um milhão e oitenta mil novecentos e dezassete euros e setenta e quatro cêntimos. DOCUMENTOS – Trinta e um mil trezentos e treze euros e noventa e quatro cêntimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 16 de novembro do corrente ano foram cabimentadas despesas no valor de trinta e cinco milhões cento e trinta mil oitocentos e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de vinte e quatro milhões setecentos e setenta e sete euros quatrocentos e trinta e nove euros e quarenta e seis cêntimos. -----

----- **ABCR – Diploma de Reconhecimento:** A Câmara tomou conhecimento do reconhecimento que a Direção da A.B.C.R. – Associação de Beneficência, Cultura e Recreio de Paramos - expressou à Câmara Municipal de Espinho pelos diversos apoios, colaboração e entreaajuda ao longo de 35 anos. -----

----- **Diploma de participação no âmbito do Programa CAPACITAR:** Câmara tomou conhecimento do Diploma de Participação do Presidente da Câmara Municipal na Missão de Estudo a Meaux e Romainville, em França, focada na temática do Desenvolvimento Económico e Social Local, no âmbito do Programa CAPACITAR, iniciativa de capacitação para a Administração Local para o desenvolvimento económico e social, organizado pela Direção Geral das Autarquias Locais em parceria com a Association des Maires de France. -----

----- **Relatório Final da Inspeção-Geral de Finanças - Auditoria de “Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local**

**Autárquica” ao Município de Espinho (Processo n.º 2013/180/A3/139):** A Câmara tomou conhecimento, em cumprimento do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (regime jurídico das autarquias locais; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de Março e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de Julho), tendo sido entregue uma cópia do Relatório n.º 2185/2014 da Inspeção-geral de Finanças em sede de auditoria de “Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica” ao Município de Espinho (Processo n.º 2013/180/A3/139) a cada um dos membros do órgão executivo. -----

----- **Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal \_\_\_\_\_

A Secretária da Câmara \_\_\_\_\_